

A matéria publicada é de propriedade da Revista, podendo ser reproduzida total ou parcialmente com indicação da fonte.

The article published is property of the Journal and can be reproduced in whole or in part provided the source.

Fonte:

<http://periodicos.unb.br/index.php/repam/about/submissions#copyrightNotice>.

Acesso em: 16/12/2014 .

Referências

FERNANDES, Ana Maria; SCHMIDT, Benício Viero. Dilemas da agenda social na América Latina e efeitos das eleições presidenciais recentes. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 15-34, ago/dez. 2007. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/1486/1110>>. Acesso em: 16 dez. 2014.

Dilemas da agenda social na América Latina e efeitos das eleições presidenciais recentes

Ana Maria Fernandes¹
Benício Viero Schmidt²

Ao final dos anos oitenta, com Margareth Thatcher e Ronald Reagan, o Reino Unido e os Estados Unidos assumiram a liderança de uma verdadeira revolução capitalista, com menores impostos aos ricos, menor taxaço dos lucros, privatizações em massa e a tentativa de consolidar as bolsas de valores como sendo prioritárias fontes de crédito frente à dependência do setor bancário.

Outras questões também vieram à tona, além dos abalos ao sistema mundial trazido pela decomposição do bloco soviético e com as crises energéticas, que reordenaram o espaço geopolítico internacional. Entre os maiores dilemas estavam e estão: como considerar as populações excluídas da produção; o papel da previdência e assistência social na reprodução da população; a eventualidade de programas de renda mínima para evitar o colapso econômico e social; o papel das políticas de imigração, com seus correlatos e adjudicados direitos à cidadania (modelo anglo-saxão e modelo germano-nipônico como antípodas); a política de hierarquização dos salários permitindo maior ou menor concentração de rendas; a política fiscal favorecendo a poupança ou o endividamento e, não menos importante, o papel da empresa em matéria de educação e formação profissional.

Praticamente, era o resumo da agenda pública nascida da última grande revolução capitalista, com o rebaixamento do Estado Keynesiano, que havia prevalecido em grande parte dos países ricos e ocidentais, após 1945.

Na América Latina, desde meados da década de oitenta, com a onda de movimentos de redemocratização político-institucional, temos a adoção de uma agenda liberal, impulsionada pelos movimentos emanados dos centros hegemônicos. Essa era de democratização política conviveu com constantes manifestações de caos econômico-financeiro. O quadro caótico foi o resultado de decisões anteriores baseadas em programas macroeconômicos apoiados na então abundante liquidez de capital disponível, oriunda do aumento dos ativos que tinham na alta internacional do preço do petróleo sua causa principal.

Foram momentos de extremos conflitos e instabilidades entre as elites estratégicas, políticas, militares e econômicas. Países como México e Brasil, por exemplo, alternaram movimentos de redefinição de mecanismos de representação popular e reforma institucional com movimentos de maior abertura ao capital internacional. No caso, exemplarmente, o Brasil inicia sua abertura política em 1985 e somente nos anos noventa, com Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso, se abre aos plenos programas de privatização das

¹ Universidade de Brasília (UnB).

² Universidade de Brasília (UnB).

empresas estatais e abertura de seu parque produtivo aos investimentos internacionais. O México percorre caminho inverso, e só recentemente embarcou em amplo programa de redemocratização institucional.

Austeridade fiscal, privatizações e liberalização dos mercados foram as recomendações essenciais do Consenso de Washington para os anos 80 e 90. Em verdade, a motivação do Consenso estava na situação latino-americana, de modo especial. Acumulação de déficits públicos enormes; protecionismos empresariais elevando a ineficiência e os custos para intermediários e consumidores finais de bens e serviços; políticas monetárias lenientes levando à inflação descontrolada e políticas fiscais protetoras de conglomerados não-competitivos, nacional e internacionalmente.

As motivações do Consenso, na perspectiva do estabelecimento de um “capitalismo organizado” estavam corretas. Os exageros, como a súbita e indisciplinada abertura comercial e financeira, produziram deseconomias em escala, algumas vezes levando a grandes crises sociais de desemprego, desvalorização de ativos, perda de emergente soberania econômica pela interferência do Fundo Monetário Internacional e/ou pela dolarização, como na Argentina e Equador. As más conseqüências, devido a exageros provenientes, principalmente do FMI, foram diversas e persistentes. A austeridade levou à recessão; os altos juros inibiram iniciativas empresariais; a privatização em massa estimulou a corrupção de quadros estatais, bem como a lentidão no funcionamento de mecanismos de mercado que substituiriam o papel de grandes empresas estatais. Sem mencionar que, até hoje, as operações para o estabelecimento de agências reguladoras se encontram congeladas. País mais desenvolvido nesse âmbito, o Brasil ainda não dispõe de uma Lei das Agências Reguladoras que permita previsibilidade e planejamento ao capital nacional e internacional, especialmente no que concerne aos investimentos estratégicos em obras de infra-estrutura.

Nesse quadro complexo, as agências reguladoras têm, historicamente, jogado um papel central no disciplinamento das relações produtivas, especialmente no que concerne às relações entre as grandes empresas concessionárias de serviços públicos e o Estado. Esse é o caso exemplar das agências surgidas, ainda no século XIX, nos Estados Unidos, para estabelecer padrões competitivos e aceitáveis no sistema de transportes ferroviários.

Na verdade, nas condições tardias de implantação de sistemas capitalistas, os dilemas recentes da América Latina giram em torno de três alternativas estabelecidas. Cuba deve ser tomada como a referência a um sistema de pleno controle estatal e público das relações econômicas e das instituições de representação políticas no país. O Chile como modelo de capitalismo neoliberal, mas com uma presidente socialista, e o Brasil com um modelo misto de “revisionismo modernizante de Lula”.³ Estas alternativas revivem, do ponto de vista histórico, problemas e dilemas que a América Latina vai, tardiamente, enfrentar a partir de agora, na perspectiva de longa duração capitalista em marcha acelerada. Não custa lembrar as atuais tensões trazidas pela alta liquidez de capital nos mercados mundiais e a tendência à ampliação das atividades das Bolsas de Valores, em detrimento do clássico sistema

³ Expressão utilizada por Antonio Machado em artigo “Que Esquerda?” *Correio Braziliense*, 25-05-007:17.

bancário, usualmente repousando sobre capitais gerenciados pelo Estado por meio de instituições de crédito e fomento.

As críticas ao Consenso de Washington sempre foram muito ácidas, baseadas, principalmente no fracasso da política de convertibilidade da Argentina nos anos 90, que concluiu com um encolhimento do PIB daquele país em 20%, entre 1999 a 2002.

Uma segunda razão para as críticas residiu no fraco desempenho da economia brasileira, após recuperação iniciada em 2000, com o “apagão energético” de 2001; bem como pelo pífio crescimento médio entre 2001-2003 de apenas 1% do PIB.

O publicamente Consenso de Washington foi resumido por Williamson em dez dimensões, para lembrar: (1)- disciplina fiscal; (2)- reorientação dos gastos públicos; (3)- reforma tributária; (4)- liberalização financeira; (5)- taxas de câmbio unificadas; (6)- taxas de câmbio competitivas; (7)- liberalização do comércio; (8)- abertura para financiamento externo; (9)- privatização; (10)- desregulamentação.⁴

Os críticos do neoliberalismo não devem opor-se aos princípios econômicos dominantes – apenas à sua má utilização. A análise econômica expõe muitos princípios sólidos e que são universais, no sentido de que qualquer programa de desenvolvimento sensato tem que levá-los em conta. O que tenho em mente são coisas como: assegurar os direitos de propriedade e a vigência da lei; reconhecer a importância dos incentivos privados e alinhá-los com os custos e benefícios sociais; administrar a política financeira e macroeconômica com a devida consideração para com a sustentabilidade da dívida, os princípios de prudência e a moeda sólida para que a inflação, a volatilidade macroeconômica, as crises financeiras e outras patologias possam ser evitadas⁵

Essa plataforma reformista, nascida no âmbito dos encontros entre o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, tem sido um marco importante na tentativa mais ambiciosa de controle internacional das crises cíclicas do capitalismo, especialmente no que concerne à sua expansão e solidificação em áreas “novas”, como a América Latina e Sudeste Asiático. As encarniçadas lutas e disputas foram sendo diluídas e têm se tornado uma síntese de programação amplamente aceita, com reparos à “desregulamentação” recomendada, de modo muito especial.⁶

O contexto histórico dos anos noventa marca uma época de grande densidade, onde fatores ideológicos parecem assumir uma centralidade inaudita, especialmente no que é relativo a uma disputa entre formas e propostas diferenciadas de reorganização capitalista no mundo

⁴ Ver mais sobre o Consenso de Washington, neo-liberalismo no Brasil em FERNANDES, A. M. Neoliberalism and Economic uncertainty in Brazil. In: Alex Fernandes. (Org.). *Liberalization in the Developing World - Institutional and Economic Changes in Latin America, Africa and Asia*. London: Routledge, 1996, v. , p. 96-121.

⁵ Rodrik (2002, p.279), apud BNDES (2003), Textos para Discussão, 103, F.Gambiagi e P.R.Almeida.

⁶ Para esclarecer o contexto das disputas e formulações, J.Stiglitz, *A globalização e seus malefícios* (S.Paulo: Futura, 2002).

Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, Vol. 1, Nº 1, Ago-Dez (2007)
contemporâneo. Ela lembra as clássicas clivagens surgidas após 1945, como pioneiramente e em uma perspectiva mais conservadora propôs Albert.⁷

O quadro de muita tensão ideológica, típico dos períodos marcantes de transição histórica, configurava um reposicionamento onde, de certa forma, o futuro de posições políticas estaria definido⁸.

Havia um clima de bonança internacional, que bem poderia ter servido para reduzir a dívida pública, a partir do superávit primário. Mas, isso foi conseguido de maneira muito tímida, como no caso da Argentina (0,5 % no período 1991-2002). O que aconteceu, de fato, foi a conjugação de baixo superávit primário com aumento da dívida pública, duplicação da dívida externa ligada a sucessivos déficits em conta corrente dos países da região. Na verdade, não pode ser afirmado que o Consenso de Washington tenha sido respeitado, especialmente no que concerne à disciplina fiscal e a taxas de câmbio competitivas!

As exceções econômicas ficaram por conta dos três países que mais seguiram o receituário, crescendo no período 1991-2002 a taxas diferenciadas: Chile 5.3%, México 2.9%, Peru 3.7%, enquanto a América Latina crescia 2.6%.

O país que mais se desgarrou do Consenso, sem dúvidas, foi a Venezuela de Hugo Chávez. As diferenças entre os três países citados acima e a Venezuela podem ser ilustradas pelo comportamento das taxas de crescimento do PIB, em diferentes períodos. No período 1991-1998: Chile 6.9%, México 3.0%, Peru 4.6%, Venezuela 3.0% e América Latina 3.3%. No período 1999-2003: Chile 2.3%, México 2,7%, Peru 2.3%, Venezuela -3.8% e América Latina 1.2%. Além da taxa negativa no período mais recente, a Venezuela teve queda em seu PIB de -7.0% em 2002 e -12% em 2003.⁹

Nesse processo, as metas sintetizadas por John Williamson como “Consenso de Washington” foram vagamente cumpridas. A Argentina expressou o caso de maior dramaticidade. Sua abertura financeira foi mais ampla do que Brasil, Chile, Rússia e países asiáticos em geral, quase sempre envolvidos em crises bancárias e financeiras (1994-99). As eventuais restrições aos investimentos estrangeiros no Chile, também não foram seguidas pelos argentinos, cogitando, mesmo, da privatização do Banco de la Nación, em determinados momentos. Ao final de 2001, a Argentina quebrou no bojo de rumorosa conflagração social e política, com sucessivos presidentes. Todos atores e agentes perderam, os investidores diretos estrangeiros, a banca internacional, os proprietários de

⁷ Michel Albert, *Capitalisme contre capitalisme* (Paris: Editions du Seuil, 1991).

⁸ Para detalhada avaliação desse fenômeno, Istvan Mészáros, *O poder da ideologia* (S.Paulo: Boitempo, 2004).

⁹ Ver CEPAL. *Panorama Social da América Latina. 2006*. Mas é importante salientar que na Venezuela houve uma recuperação dos índices de crescimento de 18,35% em 2004, 10,3% em 2005 e 2006, com expectativas de 7% a 8% em 2007. Mas os índices de inflação são altos para o mesmo período: 27% em 2003, 19% em 2004, 14% em 2005 e 17% em 2006. Na Argentina observamos fenômeno semelhante, retomada do crescimento, mas com inflação. Os índices de crescimento foram: em 2003, 8,8%, em 2004, 9% em 2005, 9,2% e 2006, 8,5% e previsões de crescimento de 8,3% em 2007, por economistas privados, e previsão oficial de 7,4%. Os índices de inflação na Argentina foram de 41% em 2002, 3,7% em 2003, 6,1% em 2004, 12,3% em 2005 e 9,8% em 2006. Ver “Vidas Paralelas- América Latina – Kirchner e Chávez têm em comum alguns problemas e soluções”, *Carta Capital*, 7-03-2007:30.

ativos imobilizados, os portadores de contas correntes em moeda teoricamente intercambiável com o dólar americano e até fundos de pensões de trabalhadores italianos!

Com o início de uma outra década e com os efeitos da quebra da Argentina (2001), esses fatos devem servir de correção às críticas mais contundentes ao chamado Consenso de Washington, entre outras razões, porque os países com maiores êxitos econômico-financeiros, no período, foram os que mais e perto seguiram os dez mandamentos (Chile, Peru e México). De outro lado, o comportamento de outros governos após o auge do movimento neoliberal, como a Argentina de Nestor Kirchner e o Brasil de Lula da Silva, tem procurado seguir alguns dos axiomas fundamentais do chamado Consenso desenhado por Williamson, especialmente no que concerne aos programas e metas de disciplina fiscal, geração de superávits primários, abertura da economia e irreversibilidade das políticas anteriores de privatização das empresas estatais, como formas de atração ao investimento estrangeiro disponível.

Os postulados do Consenso, advindos diretamente da pressão do FMI, como a abrupta “liberalização do comércio” e a abertura das economias dependentes às cadeias de serviços internacionais, estão ainda sob pesado escrutínio. A dramaticidade da aceitação desses últimos postulados está refletida no complexo jogo internacional no âmbito da Organização Mundial de Comércio, especialmente após a entrada da China (novembro 2001).

Ou seja, as pautas substantivas, bem como a agenda temporal recomendada pelos países desenvolvidos aos emergentes e “fiscalmente indisciplinados”, têm de ser decompostas. Algumas delas são ampla e inapelavelmente aceitas como instrumentos de saudável política econômica, especialmente no que concerne à arrecadação e à estrutura dos gastos públicos pelos Estados nacionais.

Outras, como a liberalização comercial, dependem de muitas outras dimensões geopolíticas e históricas. O tempo de adaptação ao novo contexto de globalização é geralmente decisivo, quando, por exemplo, China e Estados Unidos se definem, mais do que sócios, como entes nacionais extremamente dependentes um do outro. A China está rebaixando suas barreiras comerciais há 20 anos, após ter tomado o rumo do mercado e crescido a taxas descomunais!¹⁰

O mesmo poderia ser dito sobre a liberalização do mercado de capitais, especialmente no que diz respeito aos mecanismos de regulação de circulação do *hot money*, para dentro e para fora dos países em desenvolvimento. A plena liberalização do mercado de capitais, como quer o FMI, visa buscar a plena eficiência na alocação dos recursos internacionalmente abundantes. Mas, claramente, isso não está ao alcance de países receptores de investimentos de curto prazo, atraídos pelos altos juros internos sustentando colossal dívida pública mantida pelo Estado. A contrapartida a esses investimentos, cautelosamente recomendada, é a acumulação de reservas internacionais. Aí, surge outro problema insanável: os formadores de reservas as lastreiam, usualmente, em títulos do Tesouro Americano, cujas taxas de interesse são baixas. Ou seja, o custo de manutenção

¹⁰ Joseph E. Stiglitz, *op.cit.*, cap. 3.

das reservas internacionais pode se tornar intolerável; a não ser que esteja baseada num crescente comércio internacional favorável.

A formação de blocos econômicos para enfrentar a competição na fase do capitalismo globalizado, como a integração europeia, provocou o surgimento do projeto do Mercosul que ainda não se consolidou¹¹.

Nesse aspecto, também, as soluções assumidas pela América Latina variam infinitamente, não apresentando nenhuma homogeneidade como, por exemplo, o “Chile Liberal” com políticas altamente restritivas e o “Centralizador Brasil” sendo regido pela política mais liberal da região, inclusive com incentivos de isenção de imposto de renda a investidores estrangeiros em sua Bolsa de Valores, quando aos nacionais se aplica férrea taxaço em operações que excedam a apenas R\$ 20.000,00 reais ao mês.

O que os fatos estão indicando é que os países latino-americanos, apesar de suas dimensões comuns, são muito diferenciados em termos de políticas públicas, estratégias geopolíticas e programas de desenvolvimento econômico. Nesse aspecto, muitos deles não possuem mais condições de sustentar o crescimento com base em ações de desenvolvimento industrial. Essa opção industrial, nos termos clássicos, está definitivamente afastada como possibilidade. Daqui por diante, o maior desafio é evitar a adoção de um modelo onde sejam reduzidos à produção de commodities e fornecedores de serviços baratos.¹²

Assim como a antropologia e a sociologia desenvolvidas na região já podem discriminar e aprofundar detalhadamente as conseqüências de elaborações teóricas sobre esse enorme território a partir de ambiciosos textos filosóficos, como os de Leopoldo Zea, por exemplo, também, as ciências sociais de hoje podem e devem apreender a distinguir situações e potencialidades de cada país da região.¹³

A tensão entre a produção ideológica, por meio de um discurso mobilizador e instrumentalizador da vontade política, e a discriminação das situações e dos dados específicos por meio de elaborados processos de pesquisa, continua a existir. Além disso, têm grande circulação postulados que não conferem quase nenhum grau de autonomia para os Estados latino-americanos, dado a intensa dependência a que estão submetidas pelas forças de globalização. É o caso exemplar da percepção de Chesnais:

Antes de tudo, gostaria de explicar que o modo de inserção da América Latina no mercado a faz dependente de um sistema mundial altamente vulnerável. Isso faz a vida política na América do Sul difícil, porque ela não pode fazer nada diante desse quadro. A coisa mais importante na política, num sentido amplo, é manter a consciência, a capacidade de organização política autônoma. Mas a grande novidade na América do Sul não são os políticos. São os movimentos dos camponeses, dos trabalhadores pobres, dos autóctones, que vivem

¹¹ Ver Marcos Costa Lima e Marcelo de Almeida Medeiros (org.). *O Mercosul no Limiar do Século XXI*. São Paulo: Cortez; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

¹² Ver sobre estratégias de desenvolvimento, FERNANDES, A. M. Ciência, Tecnologia e Inovação para o Brasil. In: Maria Stela Grossi Porto; Tom Dwyer. (Org.). *Sociologia e Realidade: Pesquisa Social no Século XXI*. 1ª ed. Brasília - DF: EDUnB, 2006, v. , p. 243-250.

¹³ Um bom exemplo em afirmações baseadas em clássicos da filosofia da história, principalmente Hegel, está presente em Leopoldo Zea (org.), *Fuentes de la cultura latinoamericana*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1993.

Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, Vol. 1, Nº 1, Ago-Dez (2007)
aqui antes dos europeus, que se reafirmam. É simbólico isso no presidente da Bolívia, Evo Morales. Mas é preciso destacar que, neste contexto mundial, esses dirigentes não são totalmente livres.¹⁴

O que sobressai no panorama das mudanças ocorridas na América Latina, desde as da década perdida, a de oitenta, são os vinte anos de democracia, a adoção generalizada do receituário liberal, e as novas agendas econômicas, políticas e sociais adotadas após as últimas eleições. Estas agendas são bastante diferenciadas e, se por um lado aproximam alguns países, por outro, os diferenciam nas formas de enfrentar os novos dilemas da agenda social neste início do século XXI.

As eleições presidenciais recentes e os seus efeitos na agenda social são importantes para a discussão dos dilemas atuais da América Latina, entre eles liberalismo versus neostatismo, cooperação regional versus globalização, antiimperialismo versus comércio global, ou alinhamento aos Estados Unidos.

Há nacionalismos e nacionalismos. Pode-se até entender, então, os processos que levaram ao poder Hugo Chávez na Venezuela, Evo Morales na Bolívia, Rafael Correa no Equador e, logo aí ao lado, Nestor Kirchner na Argentina, e que ajudam a explicar seus discursos antiglobalização, seja qual for o entendimento que disso tenham e qual uso pretendam fazer dos conflitos internos e externos assim criados e alimentados. Só que o Brasil, guardadas as proporções e peculiaridades sócio-políticas, também padeceu as dores econômicas e políticas dos subdesenvolvidos, mas fez outras escolhas. E hoje talvez possa até mesmo resgatar o nacionalismo das profundezas do atraso conceitual em que foi ensacado com outros ismos, como forma soberana de manter-se integrado ao mundo e partir para o desenvolvimento olhando de cima para esperneios autárquicos de vizinhos¹⁵

Na citação acima observamos que é possível agrupar Venezuela, Bolívia, Cuba e Nicarágua, associadas na chamada Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA), com o apoio também do Equador, e até mesmo da Argentina, num mesmo bloco nacionalista e antiglobalização. Nos últimos anos, Chávez lançou mão dos recursos obtidos com o petróleo para impulsionar projetos assistenciais – especialmente nas áreas de educação, saúde e desenvolvimento econômico – dentro e fora da Venezuela. Segundo estimativas da oposição venezuelana Chávez já teria investido US\$ 16 bilhões na vizinhança.¹⁶ A Argentina tem se beneficiado destas benesses chavistas.

(...) O antiimperialismo e a bonança petrolífera da Venezuela tornaram-se uma fonte potencial de créditos externos para a Argentina, que ainda tem dificuldade de conseguir novos recursos de seus credores tradicionais. Ao mesmo tempo, a venda de bônus argentinos ajuda a enxugar a liquidez financeira e conter a inflação na Venezuela. Em novembro de 2006, 1 bilhão de dólares em “Bônus do Sul” foram vendidos em Caracas: em fevereiro, mais 1,5 bilhão de dólares foram postos à venda. (...) A PDVSA está pronta para substituir os investimentos das transnacionais petrolíferas anglo-americanas na Argentina e um empréstimo venezuelano recentemente impediu que a indústria de alimentos argentina San-Cor fosse adquirida por George Soros. (...) Assim, empresta ao amigo Kirchner uma aura de luta contra o imperialismo que o ajuda a

¹⁴ François Chesnais, “O irresistível domínio do capital”, entrevista ao Valor Econômico/Eu & ,04/05/2007.

¹⁵ Cyro Andrade, “Estabilização, moedas nacionais podem valer a pena”, *Valor Econômico* (03/05/2007).

¹⁶ “América Central: Governo dos EUA tenta contrapor Chávez com diplomacia midiática”. *Correio Braziliense*, 25-05-007:23.

Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, Vol. 1, Nº 1, Ago-Dez (2007)
diferenciar-se de seus rivais na luta pela Presidência. Ao mesmo tempo, Chávez evita o isolamento e o apoio argentino o legitima em seu confronto com os EUA.¹⁷

Enquanto isto, Brasil, Uruguai, Chile, México, Colômbia e Peru, entre outros, ainda não aderiram à Alternativa Bolivariana.

Um grande e notável feito das últimas eleições latino-americanas foi a vitória de Evo Morales e do movimento indígena na Bolívia. Num espectro mais amplo teríamos as eleições de candidatos mais à esquerda em vários países, constituindo uma assim chamada onda esquerdista. Mas as agendas políticas, econômicas e sociais diferem bastante. Na agenda social talvez possa ser destacado como um objetivo comum o combate à pobreza e políticas sociais voltadas para uma melhor distribuição de renda, em vários destes países. No caso brasileiro já se observam resultados positivos.¹⁸

Uma dimensão importante e útil para qualificar o grau de dificuldade ao longo da implantação das reformas pode ser dada pelas condições sociais, mais especificamente pelos sistemas de proteção social vigentes. O caso do Uruguai é o mais ilustrativo, devido às mudanças adaptativas sofridas. Conhecido por ser um sistema de alta proteção social, historicamente, o Uruguai redefiniu suas estruturas de previdência e assistência sociais. De todo modo, é notável que essas reformas vieram para quebrar a longa tradição do país diante da questão social.¹⁹

O caso do Brasil, do Chile, da Bolívia e da Argentina, entre outros, diferem bastante inicialmente, embora todos, posteriormente, marchem para um regime com forte capitalização pessoal e privada para sustentar o sistema de proteção social. A exceção é o Brasil, onde mecanismos novos de cobertura social a não-contribuintes são criados, especialmente com a nova constituição federal de 1988.

Observa-se na Tabela 1 uma tendência à diminuição da pobreza e da indigência na região como um todo, ao longo do período 1998-2005, dividido em três fases, de certa forma coincidindo com as grandes crises financeiras sofridas pelos países da região, em função de políticas adotadas para o ajuste estrutural. Distintos países da região começaram a sofrer as implicações de medidas anteriores ao ajuste ditado pelo Consenso de Washington.

Esse é o caso México que, em 1982, dramaticamente interrompe quatro décadas de crescimento e atinge altos patamares de inflação. Isso determina precoce adesão do país a um conjunto de mudanças que antecipam os anos 90, para os demais, com exceção de Chile e Bolívia. No México, a adesão a novos paradigmas, no bojo da luta contra a inflação, define um novo papel para o Estado na atividade econômica e a transformação de uma economia sumamente regulada e protegida, em uma economia aberta ao mercado externo.

¹⁷ Ver *Carta Capital*, *op.cit.*:32. O jornalista Antonio Luiz M. C. Costa ressalta que enquanto a Venezuela distribui benesses pela AL, aparentemente sem calcular taxas de retorno, a Argentina tem sido autocrata e imediatista. Acreditamos que as benesses venezuelanas visam retornos políticos e ideológicos e fazem parte de um projeto político de liderança na AL.

¹⁸ Ver Barros, R. P. de , Foguel, M. N. & Ulyssea, G. (org.) *Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente* (Brasília: IPEA, 2006, 2 vol.).

¹⁹ Ver os detalhes dessa tradição em Sonia Ranincheski, *As elites e a questão social no Uruguai 1904-1914 (Tese Doutorado: CEPPAC/UnB,2004)*; quando tudo, pioneiramente, começou na América Latina.

A experiência mexicana é marcante, pois ela baliza diferenças de ritmo histórico quanto à adoção de reformas econômicas e políticas, considerado em seu conjunto. Assim, é possível afirmar que Brasil e México seguiram tendências históricas diversas entre si, pois o México começou pela reforma econômica, enquanto o Brasil começou, depois da ditadura militar encerrada pela posse de José Sarney na presidência (1985), pela reforma política de suas instituições e somente nos anos 90 foi buscar as reformas econômicas condizentes com o ajuste estrutural proposto. O efeito positivo da reforma iniciada nos anos 80 foi, sem dúvidas, o controle do processo inflacionário. Todavia, nas crises mundiais dos anos 90 (México 1994, Japão 1997, Rússia 1998, Brasil 1999 e Argentina 1999), os efeitos deletérios das negociações financeiras anteriores reaparecem com gravidade, forçando novos compromissos dos países afetados com as instituições internacionais de crédito e com o setor bancário internacional privado.

É nesse momento que cresce rapidamente o número de filiais de bancos internacionais em todos países latino-americanos, especialmente o Citybank que passa a controlar um pesado ativo em 26 países, a instalação do Bank Boston em seis países e o início da expansão do Banco Santander na região, como passo inicial, se instalando em dez países da região. Há vários trabalhos que comparam e detalham essas operações, envolvendo o conteúdo e o ritmo adotados nas mudanças.²⁰

Observa-se na Tabela 1 uma tendência à diminuição da pobreza e da indigência na região como um todo. Os motivos que explicam esta tendência seriam o crescimento econômico da região, que contrasta com a diminuição da renda no período de 1997 a 2002, e às tendências distributivas da renda em vários países. As melhorias mais notáveis ocorreram na Argentina e na Venezuela e as piores situações são as da República Dominicana e Uruguai, em que a situação se deteriorou. Países como Chile, Colômbia, Equador, México e Peru apresentaram diminuições significativas da pobreza, assim como a pobreza absoluta/extrema ou a indigência caiu ostensivamente nos países citados acima e também na Bolívia, Brasil, Costa Rica, El Salvador e Panamá.²¹

²⁰Emir Sader (org.), *El ajuste estructural en América Latina, costos sociales y alternativas*. B.Aires: CLACSO, 2001; Brasílio Sallum Júnior (org.), *Brasil e Argentina hoje: política e economia*. Bauru: EDUSC, 2004; Brasílio Sallum Junior, “*Crisis económica y camino político em Brasil y México*” in Carlos Alba Veja y Ilán Brizberg (org.), *Democracia y globalización em México y Brasil*. México: Colegio de Mexico, 2004.

²¹Ver Cepal, *op. cit.*

Tabela 1

AMÉRICA LATINA (18 PAÍSES): PERSONAS EN SITUACIÓN DE POBREZA E INDIGENCIA, ALREDEDOR DE 1999, 2002 Y 2005 (En porcentajes)

País	1998/1999			2000/2002			2003/2005		
	Año	Pobreza	Indigencia	Año	Pobreza	Indigencia	Año	Pobreza	Indigencia
Argentina a/	1999	23,7	6,6	2002	45,4	20,9	2005	26,0	9,1
Bolivia	1999	60,6	36,4	2002	62,4	37,1	2004	63,9	34,7
Brasil	1999	37,5	12,9	2001	37,5	13,2	2005	36,3	10,6
Chile	1998	23,2	5,7	2000	20,2	5,6	2003	18,7	4,7
Colombia	1999	54,9	26,8	2002	51,1	24,6	2005	46,8	20,2
Costa Rica a/	1999	20,3	7,8	2002	20,3	8,2	2005	21,1	7,0
Ecuador	1999	63,5	31,3	2002	49,0	19,4	2005	45,2	17,1
El Salvador	1999	49,8	21,9	2001	48,9	22,1	2004	47,5	19,0
Guatemala	1998	61,1	31,6	2002	60,2	30,9
Honduras	1999	79,7	56,8	2002	77,3	54,4	2003	74,8	53,9
México	1998	46,9	18,5	2002	39,4	12,6	2005	35,5	11,7
Nicaragua	1998	69,9	44,6	2001	69,4	42,4
Panamá	1999	25,7	8,1	2002	34,0	17,4	2005	33,0	15,7
Paraguay	1999	60,6	33,8	2001	61,0	33,2	2005	60,5	32,1
Perú	1999	48,6	22,4	2001	54,8	24,4	2004	51,1	18,9
Rep. Dominicana	2000	46,9	22,1	2002	44,9	20,3	2005	47,5	24,6
Uruguay a/	1999	9,4	1,8	2002	15,4	2,5	2005	18,8	4,1
Venezuela (Rep. Bolivariana de)	1999	49,4	21,7	2002	48,6	22,2	2005	37,1	15,9

Fuente: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), sobre la base de tabulaciones especiales de las encuestas de hogares de los respectivos países.

a/ Área urbana.

b/ Cifras del Instituto Nacional de Estadística e Informática (INEI) de Perú. Estos valores no son comparables con los de años anteriores debido al cambio del marco muestral de la encuesta de hogares.

Os critérios adotados, para discriminar pobreza ou pobreza relativa de pobreza absoluta ou indigência são aqueles da CEPAL, baseados em múltiplos estudos de caso na região e melhor sistematizados, talvez, pelas autoridades estatísticas uruguaias. Isso é, o nível de indigência é traçado, em cada país, de acordo às condições de sobrevivência mínima e suficiente (cesta/canasta básica de consumo) de um domicílio.

Assim, ao longo do período adotado, nota-se uma melhora geral de condições para toda a região. Os motivos que explicam esta tendência seriam o crescimento econômico e uma melhor distribuição de renda na região. A conjuntura contrasta com a diminuição da renda no período de 1997 a 2002, e com as tendências distributivas da renda em vários países, então.

Como mencionado anteriormente, a agenda econômica abriga muitas diferenças, talvez derivadas das crises econômicas e políticas anteriores e as formas de superação das mesmas. No caso da Argentina, a situação que trouxe Kirchner à presidência foi, talvez, a mais dramática do período, pois implicou a verdadeira destruição do Produto Interno Bruto e a aceleração de um profundo processo de desinstitucionalização, com a conseqüente ascensão de movimentos de protesto por fora do sistema político representativo. Outras implicações ainda estão sendo sentidas, inclusive aquelas derivadas do congelamento de ativos estrangeiros (fundos de pensão italianos, por exemplo) no sistema financeiro portenho.

Apesar de todos esse dilemas e confrontos sociais, diante da emergência de novos protagonistas efetivos à cena política, é bom ressaltar que os movimentos de capital de países latino-americanos seguem também um certo padrão de expansão e fusão internacionais. Assim, essa tendência pode ser verificada pela tabela abaixo, indicando os investimentos latino-americanos no exterior.

Ou seja, em 2006 se observa uma notável alta dos investimentos latino-americanos no exterior; fato antes desconhecido nessa escala. As empresas da região estão se internacionalizando em um ritmo mais intenso do que no passado. Segundo a CEPAL, a sustentação do fenômeno está na expansão internacional das chamadas *translatinas*, corporações transnacionais emergentes originárias da região.

Tabela 2

**AMÉRICA LATINA e CARIBE: INVESTIMENTOS DIRETOS NO EXTERIOR-PRINCIPAIS
PAÍSES INVESTIDORES
1992-2006
(milhões de dólares)**

	1992-1996 ^a	1997-2001 ^a	2002- 2006 ^a	2005	2006
Brasil	516	1 095	8 461	2 517	28 202
México	...	881	3 389	6 474	3 897
Chile	726	2 220	1 697	2 209	2 797
Venezuela	400	639	1 247	1 183	2 089
Argentina	1 196	1 754	749	1 151	2 008
Colombia	205	412	1 539	4 662	1 098

Fonte: CEPAL, Nações Unidas.
a Médias anuais

Esse é o caso exemplar da empresa brasileira, privatizada, Companhia do Vale do Rio Doce (CVRD), adquirindo empresas no Canadá e participações em empresas de mineração

européias. Além da CVRD também se internacionalizaram a Petrobrás, Gerdau, Marcopolo, Random Carrocerias e Lupatec. Aliás, o Brasil investiu mais no exterior, em 2006 (US\$ 28 bilhões), do que o montante aportado de investimento estrangeiro ao país (US\$ 18 bilhões), no mesmo ano.

De outro lado a emergência definitiva de movimentos sociais, como protagonistas políticos fora do circuito partidário representativo, torna-se uma dimensão notável e crucial no panorama atual da América Latina. As experiências com Alberto Fujimori (Perú), Collor de Mello (Brasil), Carlos Andrés Pérez (Venezuela), Carlos Menem (Argentina) e Bucaran (Equador) criaram processos de crescente alienação dos movimentos sociais independentes diante do jogo político institucionalizado no sistema de partidos. Em geral, os citados foram líderes com enorme apelo popular e, às vezes, como Menem, herdeiros de uma sólida tradição populista como o peronismo; mas, que uma vez no poder, fizeram reformas liberais com rápida tramitação e efeitos trágicos sobre a própria organização da sociedade. Isso com a agravante de que suas plataformas de campanha sublinharam sempre o contrário das posições depois assumidas (privatizações, confiscos, abertura comercial, etc.).

Por isso, já nas eleições de 1998 na Venezuela, pela primeira vez em cinquenta anos, nenhum dos candidatos pertencia aos partidos políticos tradicionais. Foi o caso de partidos tradicionais, que praticamente desaparecem a partir da primeira eleição de Hugo Chávez (COPEI, democracia cristã e AD, social democrata).

O populismo muda de tom na eleição de Vicente Fox no México (julho de 2000), interrompendo a hegemonia do PRI de setenta e um anos de poder. Esse, como no caso mexicano anterior, o do governo do foragido Salinas de Gortari (1988-94), mostrou que o discurso e a prática populista podem sobreviver ou conviver em um regime liberal de governo. Na verdade, como ressaltam alguns analistas do tema, o populismo pode ser encarado como um regime político, como um discurso político integrador dos excluídos e um conjunto de práticas políticas que privilegia o contato direto entre massas e governo.²²

É nossa percepção, que a crise do final dos anos oitenta, alimentada pela fusão populista que chegou ao poder de Estados importantes na região com a força de movimentos populares (incluindo os indigenistas com pautas próprias), cria um novo ambiente. Nesse quadro, o protagonismo dos pobres e excluídos assume força própria, na medida em que intervenham diretamente na cena política, condicionando as novas agendas pela pressão de que são capazes. Obviamente, como é o caso brasileiro, depois do período de Fernando Henrique Cardoso no poder (1995-2002), a fusão política se dá entre as novas forças dos movimentos sociais e o sistema representativo estabelecido. A eleição, já renovada, de Lula como presidente é uma óbvia ilustração do caso.

Os novos protagonistas forçam a adoção de políticas sociais de inclusão, devido aos dramáticos indicadores sociais atingidos na região. Quijano, de modo perspicaz, sublinha que essa nova etapa do desenvolvimento de relações políticas no seio do Estado latino-

²² George Couffignal e Rosaly Ramírez, "Retorno del populismo en América Latina?", in J.E.González (editor), *Nación y nacionalismo em América Latina* (Buenos Aires: CLACSO, 2007, pp.189-212).

americano é uma pesada indicação da deslegitimação do neoliberalismo, cuja implantação, ainda que parcial, foi decisiva para o desenho do futuro.

Para ele, as indicações disso seriam a crescente polarização social da população; a reprivatização social do Estado; a recolonização do controle dos recursos de produção e do capital no seu conjunto; a expansão da resistência popular contra as políticas neoliberais; a acentuação da instabilidade política, ainda que com realização de eleições e de consultas populares; retomada norte-americana na expansão de suas bases militares e realização de acordos de cooperação militar na região, entre outros.

Quijano ressalta um certo regresso de quase todos países do bloco a concepções que abandonam a opção pela industrialização. A grande exceção seria o Brasil, ainda que crescentemente aumenta sua participação no comércio internacional pela venda de commodities, mas também de aviões. De todo modo, Quijano acentua a existência de um processo de nova subjetivação social, com a pertinente constituição de novos sujeitos sociais. E eles vieram para ficar e domar o processo político a seus desígnios.²³

Em relação ao Brasil, um estudo da consultoria Ernest&Young e Fundação Getúlio Vargas, publicado recentemente, faz um exercício de previsões até 2020, baseado em informações sociais e econômicas do próprio IBGE.²⁴ Segundo esse estudo, o Brasil poderá ter um PIB comparável ao de Itália e Reino Unido. Setores como serviços de comunicação e eletroeletrônico estarão entre os de maior crescimento. Para chegar lá, o Brasil tem de manter uma taxa de crescimento em torno de 3,7% ao ano; a mesma verificada pelo IBGE para 2006.

Em estudo semelhante, o banco Goldman Sachs realizou pesquisa sobre o potencial futuro de Brasil, Rússia, Índia e China (BRICs). Uma diferença é que a previsão do Goldman Sachs fez estimativas de crescimento até 2050, quando o Brasil poderia alcançar o posto de quinta maior economia mundial. O estudo da FGV e da E&Y é uma espécie de avaliação do país no meio do caminho, ou seja, em 2020 — neste horizonte, o Brasil estaria ainda na nona colocação no ranking global.

“Trata-se de um cenário de forte crescimento na escala de negócios no Brasil, de aumento da internacionalização, e que irá requerer das empresas mais sofisticação de controles e mais tecnologia”, afirma Luiz Guilherme Frazão, presidente da Ernst & Young no Brasil.

Um crescimento menor do que 4% anual, ainda que discreto, seria maior do que a média mundial projetada (3.3% ao ano), até 2020. Esse ritmo não poria o Brasil ao nível de Índia e da China, mas é melhor do que ocorreu nos últimos vinte anos e aproximaria o Brasil da cadência de crescimento do Chile, país tomado como exemplo dos melhores fundamentos e desempenhos econômicos na América Latina.

²³ Ver Aníbal Quijano. “El laberinto de América Latina: hay otras salidas?”, in *Movimientos sociales y desafíos políticos*. B.Aires: CLACSO, OSAL, ano V, nº 13, 2004.

²⁴ Ver José Roberto Caetano, “Um futuro possível”, *Revista Exame*, 17/05/07.

Mesmo que não consiga atender à projeção do Governo Lula no recente Projeto de Avanço do Crescimento (PAC), de crescimento do PIB de 5% ao ano, a projeção do estudo parece mais plausível a muitos entrevistados da matéria. Em 13 anos haveria um crescimento de 60% do PIB, atingindo a 1,6 trilhão de dólares, comparável a Itália e Reino Unido. Isso equivale a acrescentar tudo o que hoje produzem os países da América do Sul e Central juntos. Haveria forte ampliação de escala, incorporação de enormes massas de consumidores, bem como a multiplicação dos negócios. Haveria ainda mais forte atração de capitais externos ao Brasil, beirando a 35 bilhões de dólares anuais, contra a média de 19 bilhões atualmente.

O panorama projetado repousa sobre mudanças na determinação dos fatores essenciais ao crescimento econômico brasileiro. A economia brasileira será impelida principalmente pelo aumento da demanda de serviços. A taxa de crescimento desse setor saltará muito à frente da média da indústria e da agropecuária, como consequência direta da evolução da renda e da educação. Um dos setores com maior perspectiva de crescimento acelerado, com poder de influência sobre boa parte da economia, é o de habitação. A queda consistente dos juros e a consolidação das regras para proteger os investidores devem colaborar nesse sentido, somando-se à oferta de crédito crescente. A previsão é que os gastos das famílias com habitação, no país, compreendendo construção ou compra de imóveis, aluguéis e serviços de condomínio, evoluam à taxa anual de quase 5% até 2020. Outras frentes de grandes oportunidades são os produtos eletroeletrônicos, serviços de comunicação, transporte, saúde e educação, no setor de energia, no setor de transportes e no ramo de equipamentos médicos.

Para que o cenário se materialize, será vital evoluir na melhoria da formação dos trabalhadores e elevar a produtividade. As empresas brasileiras com pretensão a disputar o mercado global precisarão investir em programas próprios de aperfeiçoamento profissional para suprir as deficiências do sistema de ensino do país. O governo também terá de fazer sua parte, elevando a escolaridade média da população brasileira acima de 15 anos de idade de 7,4 anos para 9,3 anos de estudo—avanço suficiente para que o salário real suba 2,5% ao ano. A renda média por trabalhador poderá atingir 21.300 dólares anuais em 2020, com a integração de um contingente de mais de 10 milhões de trabalhadores.

Há necessidade de um grande esforço para qualificar mão-de-obra. O Brasil possui apenas um em cada cinco jovens de 18 a 24 anos matriculado no ensino superior. Para chegar a 2020, no mesmo nível do Chile, que tem o dobro da proporção, o número de matrículas em faculdades precisará aumentar 6% ao ano.

Na construção do cenário, foi assumida como irreversível a estrutura tributária brasileira, que consome já 37% do PIB. Razões de ordem política e o próprio custo atual do Estado, impedem projetos de reforma. Dessa forma, o que os analistas propõem é uma nova distribuição da carga tributária, permanecendo os atuais níveis globais.

A média da taxa de investimento proposta é de 19% ao ano, menor do que a atingida entre 1990-2005 (21% a.a.). Seria superior à média dos países desenvolvidos; no entanto, permanecendo inferior às taxas de Coreia do Sul e China.

Voltando às considerações gerais sobre as convergências entre os países latino-americanos, é preciso notar que ao final dos anos 90 há uma sensível comunalidade de políticas que assumiram os principais traços de economia de mercado. As reformas estruturais foram, em grande parte, realizadas (ajuste fiscal, redução da inflação, diminuição do tamanho do Estado, parcial liberação comercial e financeira, privatizações de empresas estatais e distintos graus de desregulamentação)²⁵.

Como lembra Dupas²⁶, os mesmos ajustes feitos levaram a altas taxas de desemprego, mudanças nas estruturas dos direitos sociais e baixas taxas de crescimento econômico também nos países desenvolvidos. Lembra, também, que uma das razões é o alto grau de concentração econômica sob controle de firmas transnacionais. Em verdade, pode ser acrescentado que, por várias outras razões, estas tendências já estavam inscritas no interior do quadro capitalista, principalmente europeu, independentemente do próprio ajuste estrutural havido. Além das tendências gerais, que incluem baixas taxas de inovação da economia européia na ocasião, há, naturalmente outros fatores institucionais que estão ligados aos efeitos correlatos das mudanças.²⁷

No caso da América Latina, além do subdesenvolvimento geral, são destacáveis dimensões que diferenciam os países, desde o momento inicial das reformas neoliberais: os graus variados da redemocratização sendo processada e os distintos regimes de proteção social, onde o Uruguai e a Costa Rica sempre apresentaram os melhores índices de cobertura.

As condições políticas e institucionais foram bem diferenciadas, no ponto inicial. Assim, o Chile (1973) inicia suas reformas, de modo pioneiro no mundo ocidental incluindo a reforma de Margaret Thatcher no Reino Unido, sob o reino do terror pós-Allende, com a Universidade Católica e o Estado chileno servido de cérebros para a implementação do experimento, que na verdade não foi tão puro quanto ao apregoado e desejado, pois o cobre foi conservado como monopólio do Estado, com curiosa participação direta das Forças Armadas, numa proporção de 10%. A crise social que abala o Chile, posteriormente (1981-82), teve um longo desenlace, antes da transição democrática, em suas diversas etapas de consolidação, do plebiscito em 1988, à eleição presidencial em 1989 e posse em março de 1990.

Interessante notar que países como o Chile, a Colômbia e a Costa Rica, ao longo do século 20, sempre foram caracterizados como portadores de fortes regimes políticos democráticos. Tradição essa que foi tragicamente quebrada em 1973 no Chile. No entanto, apesar de um período de longa duração democrática, uma pesquisa evidencia como esse padrão histórico foi quebrado eficazmente pela ditadura militar (1973-90)²⁸. Confrontados com jovens de outros países, os chilenos entre 18-24 e entre 25-34 anos de idade, sem maiores distinções nas frequências relativas, apresentam medidas de “conhecimento cívico” abaixo de 26

²⁵ PNUD, *Hacia una democracia de ciudadanas y ciudadanos* (Informe 2004).

²⁶ Gilberto Dupas. *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e futuro do capitalismo*. S.Paulo: Paz e Terra, 1999.

²⁷ Célia Colen e Neimar Azevedo, “Reformas neoliberais na América Latina, análise comparativa entre Bolívia, Brasil e Chile”, Fórum IUPERJ/UFMG: Democracia e Desenvolvimento na América Latina.

²⁸ PNUD, *Desarrollo Humano en Chile, 2002*.

outros países, onde na escala aparecem, por ordem, Polônia, Finlândia, Chipre, Grécia e Hong Kong.

O conhecimento cívico foi mensurado por duas escalas. A primeira mediu o conhecimento de conteúdos, incluindo perguntas sobre características do sistema democrático, suas instituições e práticas, direitos e deveres cidadãos, papel dos meios de comunicação na democracia, conseqüências políticas de temas econômicos, identidade nacional, coesão social e relações internacionais, entre outras. A segunda escala mediu as habilidades para interpretar as comunicações políticas e incluía exercícios como interpretar um desenho alusivo à forma em que se escrevem os livros de história, identificar afirmações sobre discriminação por gênero, interpretar propaganda e programas políticos, entre outros. No grupo dos estudantes de 8º ano básico, os resultados obtidos pelos jovens chilenos foram significativamente inferiores à média internacional, colocando-os em penúltimo lugar, justamente ao lado da Colômbia. A pesquisa internacional foi realizada pelo IEA (*International Association for the Evaluation of Educational Achievement*), em 28 países.

Questões de natureza, como essa acima reportada, compõem o campo da cultura latino-americana emergente das políticas de ajuste estrutural²⁹, que, sem dúvidas, exaltam e necessitam de férrea disciplina de trabalho, redefinição de tempos históricos e pessoais, bem como a adoção de novos padrões de consumo. Trata-se da nacionalização relativa da globalização. Como o fenômeno chileno de incorporação dos *hamburgers* ao reino das empanadas!³⁰

Na Bolívia as reformas são iniciadas em 1985, sob crise econômica, com queda do PIB e hiperinflação (25.000% em 2005). O plano regenerador foi ortodoxo: desvalorização da moeda, redução de tarifas, liberalização comercial, privatizações de bens e empresas públicas e forte ajuste fiscal, acompanhado de rebaixamento dos controles nas negociações trabalhistas. Essas, historicamente, nunca foram muito controláveis pelo Estado, dado o alto grau de informalidade da economia andina.

A nacionalização de recursos estratégicos como petróleo, gás e terras privadas improdutivas são recorrentes no cenário boliviano:

Desde os anos de 1950 e especialmente após a saída da família Patino de seu território, medidas semelhantes de bombásticas nacionalizações de petróleo, gás, bem como de outras fontes de produtos minerais, têm sido tomadas. Como políticas complementares de industrialização e formação de recursos humanos aptos à sua exploração não têm sido

²⁹ Na verdade, ajuste estrutural é um *constructo* de natureza metodológica e funcional, para indicar o fim de uma era de expansão da atividade estatal como provedora do crescimento econômico. Em verdade, é a passagem do Estado Provedor para outras de suas formas historicamente possíveis (indutor e regulatório). Na América Latina isso configura um momento dramático, envolvendo a luta contra processos altamente inflacionários e deficitários. Na Europa esse processo está centrado nos níveis de déficits das contas públicas. São faces complementares do mesmo processo geral de acomodação e retomada capitalista. Benicio Schmidt, "O Estado, a nova esquerda e o neocorporativismo" *Caderno CRH*, nº 35, p. 85-105, jul-dez 2001.

³⁰ Ver obras de Nestor Canclini, como a seminal *Culturas híbridas*. México: Grijalbo, 1990, ou *Consumidores y ciudadanos*. México: Grijalbo, 1995.

implementadas, voltam os golpes de Estado, as crises intermináveis. O quadro parece muito semelhante.³¹

Só que agora, em novas alianças estratégicas, principalmente com a Venezuela e apoiado numa onda de esquerdismo e de neopopulismo na América Latina esta alternativa poderá assegurar à Bolívia o controle maior sobre suas riquezas naturais e mais recursos para inversão nas necessidades de desenvolvimento do país. Os conflitos com o Brasil em torno da Petrobrás não são obstáculos intransponíveis ou impeditivos desta alternativa.

O panorama atual na América Latina é bastante complexo, com novos contornos que podem caracterizar um momento de eleições que trouxeram ao poder governantes mais à esquerda do espectro político, com propostas de inclusão social de camadas excluídas da sociedade, mas que aprofundam as políticas econômicas consideradas neoliberais, com favorecimento do sistema financeiro, como no caso brasileiro. Pode-se delinear um grupo de países que propõem uma união latino-americana, bolivariana, liderada por Hugo Chávez, e outro grupo que pensa esta união como regional, mas integrada ao capitalismo mundial, e até mesmo aos Estados Unidos. Em qualquer dessas vertentes a agenda social vem sendo considerada e expandida e o antiliberalismo ainda poderá se converter em projetos estratégicos de desenvolvimento da América Latina, que por enquanto estão sendo apenas esboçados.

Tabela 3
CRESCIMENTO (%) ANUAL DO GASTO PRIMÁRIO
2002-2006

	2002	2003	2004	2005	2006
Brasil	2,4	-3,1	6,3	6,6	5,0
Argentina	-20,3	11,1	14,1	14,4	8,4
Venezuela	-16,6	-4,2	22,9	22,9	27,8
Bolívia	7,2	-2,3	5,6	8,5	12,3
Chile	2,8	-1,2	0,4	5,9	2,6
Uruguai	-18,4	-6,9	3,8	9,6	8,4

Fonte: FMI

Nesse contexto, de assunção de alianças de esquerda ao poder político institucional com forte componente de interação social e política de massas historicamente excluídas - sejam elas as urbanas organizadas ou as indígenas em processo de plena acolhida pelos sistemas decisórios - há, todavia, certos impasses que deverão ser enfrentados pelos países latino-americanos, de qualquer modo.

Um dos sintomas dos dilemas que permanecem no horizonte está dado pelo aumento da participação estatal na coordenação dos investimentos econômicos e na instalação de políticas públicas destinadas à diminuição das desigualdades sociais, diretamente. Por

³¹ Ver Benício Schmidt, Para onde vai a América Latina: avanço ou retrocesso. *In Revista de Conjuntura*, abr/jun, 2006: 8.

Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, Vol. 1, Nº 1, Ago-Dez (2007)
consequência, há um forte crescimento das despesas públicas em países como Venezuela e Argentina, como também da Bolívia, após a vitória de Morales.³²

BIBLIOGRAFIA

ALBERT, Michel. *Capitalisme contre capitalisme*. Paris: Editions du Seuil, 1991.

“América Central: Governo dos EUA tenta contrapor Chávez com diplomacia midiática”. *Correio Braziliense*, 25-05-07:23, s/d.

ANDRADE, Cyro. “Estabilização, moedas nacionais podem valer a pena”, *Valor Econômico*, 03/05/2007.

BARROS, R. P. de , FOGUEL, M. N. & ULYSSEA, G. (orgs.) *Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: IPEA, 2 vol, 2006.

BNDES. *Textos para Discussão*, 103, 2003

CANCLINI, Nestor. *Culturas híbridas*. México: Grijalbo, 1990.

CANCLINI, Nestor. *Consumidores y ciudadanos*. Mexico: Grijalbo, 1995.

CAETANO, José Roberto. “Um futuro possível”, *Revista Exame*, 17/05/07.

CEPAL. *Panorama Social da América Latina*, 2006.

CHESNAI, François, “O irresistível domínio do capital”, *Valor Econômico*, 04/05/2007.

COLEN, Célia & AZEVEDO, Neimar. s/d. “Reformas neoliberais na América Latina, análise comparativa entre Bolívia, Brasil e Chile”, Fórum IUPERJ/UFMG: Democracia e Desenvolvimento na América Latina.

COUFFIGNAL, George & RAMIREZ, Rosaly. “Retorno del populismo en América Latina?”. In: J.E.González (editor). *Nación y nacionalismo em América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, pp.189-212, 2007.

DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social: Pobreza, emprego, estado e futuro do capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FERNANDES, A. M. Neoliberalism and Economic uncertainty in Brazil. In: Alex Fernandes. (Org.). *Liberalization in the Developing World - Institutional and Economic Changes in Latin America, Africa and Asia*. London: Routledge, pp. 96-121, 1996.

³² Carlos H.Santana e Yuri Kasahara, Algo de novo no front? O retorno do Estado e seus impactos sobre a integração sul-americana, *OPSA/Observador On-Line*, v.2,n.4,abril 2007.

FERNANDES, A. M. Ciência, Tecnologia e Inovação para o Brasil. In: Maria Stela Grossi Porto; Tom Dwyer. (Org.). *Sociologia e Realidade: Pesquisa Social no Século XXI*. 1ª ed. Brasília - DF: EDUnB, pp. 243-250, 2006.

LIMA, Marcos Costa & Medeiros, Marcelo de Almeida (org.). *O Mercosul no Limiar do Século XXI*. São Paulo: Cortez; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MACHADO, Antonio. “Que Esquerda?”, *Correio Braziliense*, 25-05-07:17.

MÉZÁROS, Istvan. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.

RANINCHESKI, Sônia. *As elites e a questão social no Uruguai 1904-1914*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. CEPPAC/UnB, 2004.

SADER, Emir (org.). *El ajuste estructural en América Latina, costos sociales y alternativas*. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

SALLUM Jr., Brasílio (org.). *Brasil e Argentina hoje: política e economia*. Bauru: EDUSC, 2004.

SALLUM Jr., Brasílio. “Crisis econômica y caminho político em Brasil y México”. In: Carlos Alba Veja y Ilán Brizberg (org.). *Democracia y globalización en México y Brasil*. México: Colegio de Mexico, 2004.

STIGLITZ, A. J. *A globalização e seus malefícios*. São Paulo: Futura, 2002.

PNUD. Hacia una democracia de ciudadanas y ciudadanos. *Informe.*, 2004

PNUD. *Desarrollo Humano en Chile*, 2002.

QUIJANO, Aníbal. El laberinto de América Latina: hay otras salidas? Movimientos sociales y desafíos políticos. Buenos Aires: CLACSO, *OSAL*, ano V, nº 13, 2004.

SANTANA, Carlos H. & Kasahara, Yuri. Algo de novo no front? O retorno do Estado e seus impactos sobre a integração sul-americana, *OPSA/Observador On-Line*, v.2,n.4, abril 2007.

SCHMIDT, Benicio. O Estado, a nova esquerda e o neocorporativismo. *Caderno CRH*, nº 35, p. 85-105, jul-dez 2001.

SCHMIDT, Benicio. O Estado, a nova esquerda e o neocorporativismo. *Caderno CRH*, nº 35, p. 85-105, jul-dez, 2001.

SCHMIDT, Benício. Para onde vai a América Latina: avanço ou retrocesso. *Revista de Conjuntura*, abr/jun, 2006: 8.

Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, Vol. 1, Nº 1, Ago-Dez (2007)
ZEA, Leopoldo (org.). *Fuentes de la cultura latinoamericana*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1993.